

CÓDIGO, USO E FUNDAMENTOS

MARCELO DASCAL
Univ. de Tel Aviv

Para Carlos Franchi, que sempre se interessou apaixonadamente pela questão dos fundamentos.

É um fato incontestável que o fenômeno "linguagem" nos é acessível - filogeneticamente, ontogeneticamente e experiencialmente - antes que tudo como uma forma de atividade, nossa e de nossos semelhantes. Essa prioridade diacrônica, sincrônica e epistêmica da atividade lingüística sobre outros aspectos do "lingüístico" constitui uma tentação permanente para linguistas e filósofos da linguagem que, ansiosos por chegar aos "verdadeiros fundamentos" da disciplina, acabam de uma forma ou de outra por identificar esses fundamentos com essa atividade em que o lingüístico se manifesta primordialmente. Daí a atribuir um papel fundante à pragmática - teoria da atividade lingüística ou uso da linguagem - é apenas um passo, que a autoridade e influência de Wittgenstein tornou aparentemente fácil e pequeno.

Neste artigo discutirei, de forma sucinta, um texto recente em que esse passo é dado e defendido de forma sistemática e abrangente. Bickhard e Campbell (por sair) propõem, com efeito, um concepção "funcional, pragmática ou interativa" da noção de "representação", que, a seu ver, serve de base não somente para a totalidade das ciências da linguagem, mas também de fundamento para disciplinas afins como a epistemologia e as ciências cognitivas. Concentrar-me-ei nos pontos essenciais de seu argumento, deixando de lado outros elementos de valor nesse texto.

Inicialmente, gostaria de dizer que concordo com muitas das observações dos autores a propósito da inadequação das formas tradicionais de representacionalismo (cf.Dascal 1989) bem como com sua ênfase sobre a completa "pragmaticidade" e "dependência contextual" da linguagem e da cognição (cf.Dascal 1983 e por sair). Divirjo, no entanto, da conclusão que os autores inferem, a saber, a atribuição de um papel "fundacional" à pragmática.

A argumentação de Bickhard e Campbell segue os seguintes passos. Primeiro, eles argumentam que se todas as representações são "codificações"

(encodings) (isto é, relações de substituição, de tradução ou de oposição **(stand-in)**) então seria impossível explicar como adquirem ou possuem conteúdo. A razão para tal é que a fórmula básica para assinalar um conteúdo a um código é "'X' representa a mesma coisa que 'Y' para um agente epistêmico A", fórmula que somente pode ser bem sucedida se o agente A já sabe o que 'Y' representa. Por isso deve haver alguma outra forma de representação mais fundamental, em que o conteúdo apareça sem pressupor o que já é explicitamente representado ou conhecido. Para os autores, uma tal fórmula é de "natureza intrinsecamente funcional". O conteúdo de tais representações é uma propriedade necessária adquirida em virtude de seu papel em prover um sistema dirigido por objetivos e hierarquicamente organizado com um conjunto de seleções informacionais que aumente a probabilidade de o sistema atingir seu objetivo. Um sistema que tal interage com o contexto. Os resultados de qualquer interação produzem "consequências internas", que dependem tanto do sistema quanto do contexto. Um produto interno, então, "contém um conjunto de condições a que se submete", isto é, ele indica um conjunto de "propriedades interativas" do contexto. Neste sentido, um produto interno "define um conjunto de estados contextuais" a que corresponde e é desta forma que adquire "conteúdo representacional". Mas, já que tais definições são essencialmente implícitas, elas não envolvem ou exigem o conhecimento do que é representado pelo sistema. O conhecimento somente emerge quando dos usos, as outras partes do sistema podendo produzir tais consequências, isto é, controlar seus valores reais no fluxo das interações do sistema. O próximo passo na argumentação consiste na afirmação de que, dada esta concepção de representação e conhecimento, "a linguagem não pode ser um código de conteúdos mentais" e que as enunciações devem ser vistas como operações que mudam ou transformam estruturas de conhecimento (ou representações socialmente partilhadas) ao invés de codificá-las. Como consequência, tal posição implica uma inversão radical dos tradicionais papéis da semântica e da pragmática: "... as questões de representações com valores de verdade, supostamente semânticas, tornam-se parte das questões das consequências e dos usos dos enunciados, supostamente pragmáticas, enquanto que questões de uso social operativo da linguagem, supostamente pragmáticas, tornam-se parte das questões de poder operatório - o significado de sentenças - supostamente semânticas". A pragmática, deste ponto de vista, torna-se então fortemente fundacional, já que "não é apenas um problema de uso da linguagem, ... mas a operatividade sócio-funcional da linguagem é sua natureza fundamental e, por conseguinte, seu significado e estrutura".

Esta linha de argumentação suscita inúmeros problemas, tanto no conteúdo da cada um de seus passos quanto em sua conexão. Note-se, antes de mais nada, que nem a crítica à corrente que defende a noção de código nem o apelo ao interacionismo é uma novidade. O representacionalismo tem sido objeto de críticas acerbas em epistemologia (Rorty 1979), em "ciências de sistemas computacionais" (Winograd & Flores 1987) e em muitos outros campos; em ciência cognitiva, embora defensores da "teoria representacional da mente" defendam ainda

que a representação seja o essencial [the only game in town], pelo menos desde o advento do paradigma "conexionista" esta posição não é tão verdadeira. No que tange ao campo de estudos da significação na interação social, este tem sido, de um modo ou de outro, o principal objetivo de Malinowski, Mead, Wittgenstein, do funcionalismo britânico, da lógica dialógica, para mencionar apenas alguns nomes que facilmente vêm à mente.

A novidade no projeto de Bickhard e Campbell são os elementos que eles selecionam de seus predecessores e o modo como eles os reúnem para produzir uma visão compreensiva da mente e da linguagem. Considerem-se, por exemplo, as diferenças entre sua crítica ao representacionalismo e, digamos, aquelas de Rorty. Os autores são claramente menos radicais do que Rorty, à medida que não endossam nem seu anti-fundacionalismo nem a morte de todas as formas de representações. Enquanto o anti-fundacionalismo de Rorty conduz a uma rejeição de todos os tipos de essencialismos, o trabalho de Bickhard e Campbell está recheado de afirmações a propósito da verdadeira natureza ou da essência da representação, da linguagem, da cognição etc.; enquanto o pragmaticismo de Rorty é "without foundations" (para usar uma expressão de Margoli) e não pretende substituir o representacionalismo por outros fundamentos, o que marca os propósitos pragmaticistas de Bickhard e Campbell é a substituição da teoria do código por uma nova teoria - o interacionismo - que revela as verdadeiras razões do conteúdo, do significado, e do conhecimento; enquanto Rorty sugere uma pluralidade wittgensteineana dos jogos de linguagem sem um denominador comum, Bickhard e Campbell procuram uma teoria unificada da linguagem e da mente; enquanto Rorty afirma que uma explicação de como se originam os significados não implica uma explicação de sua validade, objetividade ou funcionamento (quer no pensamento, quer no discurso), Bickhard e Campbell assumem o contrário. Estas diferenças ilustram bem algumas das dificuldades que detectei na argumentação dos autores e, por isso, merecem uma melhor elaboração.

Suponha-se que Bickhard e Campbell estejam corretos em sua crítica à teoria do código. Isto mostra que a teoria das representações que codificação é insuficiente. Isto demanda uma teoria que explique como pelo menos alguns conteúdos representacionais aparecem em primeiro lugar, de um modo "não-codificado". Não mostra - e Bickhard e Campbell não afirmam que mostre - que todas as representações são não codificadas. Mas então, e pode muito bem ser o caso, embora as codificações sejam admitidas como representações "derivadas", elas constituem, como um problema de fato, a larga maioria das representações que usamos. Seguramente seus traços básicos com real valor semântico dependerão da habilidade de obtê-los derivando-os de representações não derivadas. Mas tal derivação pode ser algo que façamos menos frequentemente do que se possa imaginar. De fato, há evidências de que muito de nossos raciocínios consiste na "manipulação de símbolos", isto é, substituindo expressões codificadas (e.g. palavras) por outras expressões (e.g. suas definições), na forma como Hobbes concebeu o

raciocínio: não outra coisa do que "computador com palavras" [reckoning with words]. Leibniz, por seu turno, sugeriu que uma tal "circulação" de símbolos no pensamento, que ele denominou (não pejorativamente) de "blind thought", é o único meio que temos para pensar sobre questões relativamente complexas, assim como operações financeiras complexas dificilmente usam dinheiro ou ouro, embora a possibilidade de uma hipotética troca por ouro permaneça como uma garantia remota que assegura o "valor" de tais operações (cf. Dascal 1987, cap.1). Neste sentido, a codificação, mesmo que não fundacional, pode bem ser a mais típica forma de representação que usamos, enquanto que raramente apelamos para as representações não derivadas, ainda que fundacionais.

O pragmatismo pode, então, ser corretamente acentuado como a fonte última do significado ou conteúdo de uma representação. Em suas consequências práticas seria falso e incorreto assumir que a cada momento que usamos uma representação nós a relacionemos, implícita ou explicitamente, à sua fonte. Então, os significados definidos como relações entre expressões codificadas podem adquirir uma dimensão autônoma como unidades do funcionamento mental vis-a-vis as alegadas âncoras funcionais de modo que uma teoria do funcionamento mental não se reduz a uma teoria funcional no sentido de Bickhard e Campbell. Custe o que custar, uma teoria do funcionamento mental não pode tomar a explicação funcional do conteúdo como a forma característica ou paradigmática do modo como o conteúdo realmente se apresenta nos processos mentais. Além disso, não pode ignorar a relativa autonomia - vis-a-vis o seu valor funcional último - que os conteúdos exibem.

Duas são as consequências destas considerações: 1. enquanto a história interativa, pragmática ou funcional pode estar correta no que concerne à forma como emerge o conteúdo, isto não implica que esteja também correta como uma explicação de como o conteúdo efetivamente se manifesta, ou seja, como é "estocado", recuperado, ou manipulado pela mente; em outras palavras, o pragmatismo por se não anular a pragmática, isto é, uma teoria de como nós efetivamente usamos representações; 2. em particular, a explicação pragmaticista, se verdadeira, não exclui ou evita a necessidade de uma explicação para a relativa autonomia dos significados, isto é, para uma semântica não necessariamente alicerçada em termos dos valores funcionais últimos das representações.

Para comentar brevemente o segundo passo da argumentação de Bickhard e Campbell, considere-se o fato de que as explicações inteiramente funcionalistas do conteúdo caem em dificuldades bem conhecidas, como aquelas apontadas pela crítica de Fodor (1987) ao significado holístico e conceptual, ou às teorias do papel funcional. Em particular, resta ver se a versão de Bickhard e Campbell (somente esquematizada no trabalho em discussão), em que se afirma que o conteúdo emerge de algum modo de aproximações não intencionais, informacionais e orientadas, pode vencer as dificuldades que importunam outras teorias similares, tais como a de Dretske (1981, 1988).

Voltemo-nos para o terceiro passo da argumentação. Bickhard e Campbell concluem que "a linguagem não pode ser um código de conteúdos mentais" a partir de duas suposições diferentes: (a) "é impossível demarcar limites epistêmicos com novos códigos fundacionais", e (b) "o controle interativo de estruturas não corresponde, de uma pessoa para outra, à forma que o código exigiria". Confesso que tenho alguma dificuldade para compreender as noções empregadas nestas premissas. Mas tentarei. Considero que a impossibilidade de demarcar limites epistêmicos significa que um código é sempre uma relação entre duas representações, e nunca uma relação entre uma representação e algo que não o seja. Que nenhum novo código fundacional seja possível significa, então, que uma vez dentro do código nunca se pode estar fora do domínio das representações. Agora, se isto impede que representações linguísticas sejam códigos de representações mentais, então Bickhard e Campbell estão claramente assumindo que o mental e o linguístico estão separados por um limite epistêmico. Gostaria de saber mais a respeito da concepção de obstáculo epistêmico de Bickhard e Campbell para avaliar que tipo de suposição metafísica subjaz a tal separação. À primeira vista, a separação não pode ser tão profunda, uma vez que (i) representações linguísticas podem operar sobre representações mentais, (ii) uma explicação das representações linguísticas deve ser dada de um modo que ela seja estritamente análoga à explicação das representações mentais, a saber, ela deve ser interativa/funcional, e (iii) Bickhard e Campbell professam estrita lealdade ao materialismo. De qualquer forma, qualquer que seja a profundidade desta separação, isto não impede que representações linguísticas sejam códigos, pois, nos próprios termos de Bickhard e Campbell, exige-se somente que não sejam novos e fundacionais. No entanto, se tal exigência é satisfeita, as representações linguísticas poderiam perfeitamente bem ser vistas como códigos derivados de conteúdos mentais - que é, de fato, o ponto de vista defendido pelos que vêem a intencionalidade linguística como derivada da intencionalidade mental (cf. Chisholm 1977). A não ser que, obviamente, os domínios epistêmicos sejam concebidos como "fechados" de tal modo que "transdutores" [transducers] (que é o que os códigos são, na visão de Bickhard e Campbell) possam agir somente dentro de um domínio. Isto significaria, por exemplo, que representações acústicas não seriam convertíveis em representações visuais ou ainda mais, que se elas são convertíveis, elas pertencem ao mesmo domínio epistêmico. Posto que tais representações são claramente convertíveis, segue-se que elas pertencem ao mesmo domínio. Mas se é assim, a menos que haja aqui uma misteriosa metafísica, não vejo porque representações linguísticas e mentais também não possam pertencer ao mesmo domínio, e, portanto, porque aquelas não possam ser códigos destas.

A segunda premissa, tanto quanto posso entendê-la, conduz-nos mais fortemente à questão levantada acima. Estabeleceu-se que uma exigência para que códigos operem é a existência de algum tipo de convergência estrutural intersubjetiva, isto é, algum tipo de estabilidade. Traduzindo nos termos de meu argumento, tal exigência demanda uma certa autonomia do significado, que

uma explicação estritamente funcional não pode garantir. Mas, como apontei anteriormente, muito de nossas representações mentais na verdade exibem tal autonomia, precisamente porque elas funcionam como códigos baseados em regras, e não como representações funcionais. A premissa (b) impede que representações linguísticas sejam códigos de representações mentais somente sob a assunção de que todas as representações mentais sejam deste último tipo. Mas se muitas das representações mentais são de fato códigos derivados, face à estabilidade do significado, por que as representações linguísticas não seriam, enquanto tais, códigos?

Finalmente, não tenho nenhum problema com a explicação das enunciações como operações interativas, pois as enunciações são claramente ações pelas quais as representações linguísticas (e.g. palavras, sentenças) são usadas. Elas são usadas, em primeiro lugar, para produzir mudanças nas representações mentais do(s) destinatário(s). Ao longo do tempo, à medida que as "convenções situacionais" sejam representações socialmente partilhadas, as enunciações seguramente as modificam também. Todavia, no espaço de tempo delimitado, elas ao contrário contam com a estabilidade relativa e o conhecimento compartilhado das convenções situacionais. A semântica, para mim, é a explicação de tais convenções relativamente estáveis. De um ponto de vista genético, tais convenções, com toda probabilidade, resistem às enunciações realizadas, fato que Blackburn (1984:113) com propriedade denomina de situação "one-off", isto é, uma situação em que as convenções comunicacionais compartilhadas, estabelecidas ou estáveis, são eficazes. Desta forma e neste sentido, a interação (ou "a pragmática") é na verdade fundamento da semântica. Mas uma vez tais convenções se tornem "fossilizadas" ou "cristalizadas", o trabalho dos processos comunicacionais muda substancialmente, pois os usuários podem não só contar com as convenções para "operarem" sobre as representações mentais de seus destinatários: eles devem fazer isso, já que os significados estáveis são agora dados da situação comunicativa que não podem ser ignorados se os participantes desejam atingir seus objetivos comunicacionais. Em um tal contexto, por conseguinte, a pragmática (isto é, a interação) somente pode funcionar levando em conta a semântica. Se isto significa que, neste ponto, a semântica torna-se "fundacional" e a pragmática torna-se "derivada", trata-se - como dizem Bickhard e Campbell em outro contexto - de um problema de convenção.

BIBLIOGRAFIA

BLACKBURN, Simon (1984). Spreading the Word: Groundings in the Philosophy of Language. Oxford: Clarendon Press.

BICKHARD, Mark and Campbell, Robert (por sair). "Some foundational questions concerning language studies". Journal of Pragmatics.

CHISHOLM, Roderick M. (1977). Thought and its reference. American Philosophical Quarterly 14(2): 167-172.

- DASCAL, Marcelo (1983). Pragmatics and the Philosophy of Mind - Volume 1: Thought In Language. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.
- _____. (1987). Leibniz: Language, Signs, and Thought. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.
- _____. (1989). Artificial intelligence and philosophy: the knowledge of representation. Systems Research 6(1): 39-52.
- _____. (por sair). Why does language matter to artificial intelligence? Minds and Machines.
- DRETSKE, Fred (1981). Knowledge and the Flow of Information. Cambridge, Mass.: The MIT Press.
- _____. (1988). Explaining Behavior: Meaning in a Word of Causes. Cambridge, Mass.: The MIT Press.
- FODOR, Jerry A. (1987). Psychosemantics: The Problem of Meaning In The Philosophy of Mind. Cambridge, Mass.: The MIT Press.
- MARGOLIS, Joseph (1986). Pragmatism Without Foundations. Oxford: Basil Blackwell.
- RORTY, Richard (1979). Philosophy and the Mirror of Nature. Princeton: Princeton University Press.
- WINOGRAD, Terry and Flores, Fernando (1987). Understanding Computers and Cognition: A New Foundation for Design. Reading, Mass.: Addison-Wesley.

[Tradução de João Wanderley Geraldi e Jonas Araújo Romualdo]